



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عم جلا ةي موم علا ةي ن اشل ا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

**Por que razões os jovens se mobilizam... ou não?
Jovens e violência em Bissau e na Praia**

Sílvia Roque e Katia Cardoso
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

Abstract: No final dos anos 90 iniciou-se no continente africano o estudo sistemático sobre a violência urbana, nomeadamente sobre a proliferação de gangs, com incidência sobre as cidades da África do Sul. Nesta comunicação propomos a análise destes fenómenos em cidades de menor escala, de países “pacíficos” da África Ocidental Guiné-Bissau: (Bissau) e Cabo Verde (Praia). A visibilidade da recente emergência de grupos violentos na Praia (denominados *thugs*) contrasta com o caso de Bissau, marcado por uma tímida presença de tais fenómenos. Trata-se de um paradoxo na distribuição geográfica das violências? Por que motivos a Praia, capital do que muitos analistas apontam como um “país modelo” africano, se sobrepõe a Bissau, capital de um país politicamente instável, saído de um conflito militar onde abundam armas de fogo em posse civil? Será apenas uma questão de visibilidade? Ou existem factores que, por enquanto, retardam mas acabarão por acelerar os mesmos tipos de fenómenos em Bissau? Em relação à violência na Praia, ela, poderá ser explicada, num primeiro olhar, pelo crescente número de repatriados (jovens emigrantes expulsos, sobretudo, pelo Estado Norte-Americano, devido a ligações ao crime e ao tráfico de drogas) que reproduzem formas de organização criminosa dos Estados Unidos da América (EUA). Isto mostraria a insuficiência das explicações tradicionais (abandono escolar, desemprego), uma vez que a situação dos jovens em Bissau, apesar de preocupante, não os leva a pegar em armas e a organizarem-se, ainda que existam grupos que se dedicam à prática de crimes e outros à luta contra os mesmos (vigilantes). Poder-se-á ainda justificar esta diferença pelo grau trivialização da violência relacionada com factores estruturais? A nossa hipótese nesta comunicação é a de que a forma como as identidades são construídas e estimuladas e os mecanismos de controlo social – relacionados, por exemplo, com a idade, com a comunidade ou com a participação na economia informal – exercido sobre as mesmas são factores determinantes da disseminação ou contenção das violências.

Introdução

Nesta comunicação propomo-nos a analisar a pertinência de diferentes abordagens às causas da violência colectiva levada a cabo por e entre jovens em contextos urbanos. Fazemo-lo, tendo em conta tanto factores de mobilização como factores de contenção da violência, sendo estes últimos normalmente os mais negligenciados. Procuramos entender os factores estruturais e contextuais de mobilização como de contenção da violência através da análise de violência colectiva juvenil em pequenas cidades, de dois pequenos países da África Ocidental: Guiné-Bissau (Bissau) e Cabo Verde (Praia).

Apesar de o conceito de “jovem” constituir uma categoria social/política e historicamente construída, e consequentemente não homogénea, monolítica, “transhistórica” ou “transcultural” (Durham, 2000:115)¹, sentimos a necessidade de pensar as questões da juventude em África, relacionando-o com dinâmicas violentas, nomeadamente em países altamente periféricos, dependentes e externalizados, embora com acesso distinto aos bens e serviços que o desenvolvimento pode originar.

O trabalho² parte da constatação de um aparente paradoxo: a visibilidade da recente emergência de grupos violentos na Praia (denominados *thugs*) contrasta com o caso de Bissau, marcado por uma tímida presença de tais fenómenos. Por que motivos a Praia, capital do que muitos analistas apontam como um “país modelo” africano, se sobrepõe, em termos de violência colectiva juvenil, a Bissau, capital de um país politicamente instável, saído de um conflito militar onde abundam armas de fogo em posse civil?

¹ A operacionalização do conceito “jovem” é um exercício complexo em qualquer parte do mundo. Destacamos aqui dois dos problemas mais recorrentes. Por um lado, a abordagem biológica, definida pela idade, é limitada e não se aplica a todas as culturas e sociedades da mesma forma. Durham (2000:116) propõe o conceito de *social shifter*, que ela pede emprestado à linguística, para destacar o carácter volátil, relacional e variável da categoria “jovem”. Por outro lado, a ideia de jovem enquanto uma categoria homogénea, consolidada, ignorando-se as diversidades e dimensões como género, classe, etnia, religião, etc. deve ser contrariada. O jovem, e neste caso concreto, os jovens possuem identidades fragmentadas, são actores de fronteira, ambíguos, híbridos – “entre o local e o global, o rural e o urbano, a tradição e a modernidade” (De Boeck e Honwana, 2000, Ebo, 2005). No âmbito desta pesquisa concreta, para fins de delimitação de inquéritos circunscrevemos a faixa etária dos jovens, de acordo com definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: de 15 a 24 anos (UNDP; 2006:12), embora reconhecendo a insuficiências que uma abordagem meramente etária possa causar. No entanto, esse critério não foi fundamental para a realização de entrevistas semi-estruturadas individuais ou *focus groups*.

² A investigação que dá origem a esta comunicação insere-se num projecto mais vasto sobre “Trajectórias de disseminação e contenção da violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”, coordenado por José Manuel Pureza e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Neste mesmo projecto, outros tipos de violência directa são analisados, nomeadamente a violência interpessoal, não colectiva, e as percepções dos jovens em relação à violência e relações de género, em colaboração com o Instituto Promundo, do Rio de Janeiro. Além disso, conta com contributos da investigação levada a cabo no projecto *Peacebuilding processes and state failure strategies*, financiado pela Fundação Ford, com alguns dos dados aqui incluídos resultantes do relatório parcial Moura *et al* (2007).

Será apenas uma questão de visibilidade? Será uma questão de desenvolvimento? Será a presença/ausência de factores de incentivo como o crescente número de repatriados em Cabo-Verde, ou uma maior atracção pelas armas de fogo, portanto, uma questão de organização? Ou serão mecanismos relacionados com a construção de identidades, o controlo social e a reacção ao mesmo? E qual o papel específico das políticas internacionais na promoção ou recuo deste tipo de violência?

1. Porque razões os jovens se mobilizam... ou não?

A abordagem da relação entre jovens e violência é frequentemente marcada pelo risco de reificação, de naturalização das explicações e das causas. Neste sentido, já várias vezes se alertou para a importância da contextualização e para a atenção à especificidade de cada caso (Ebo, 2005; Argenti, 2002). Diversos autores identificaram já as causas de mobilização para a violência colectiva³ dos jovens. Baseamo-nos sobretudo na literatura sobre contextos africanos, devido a alguns processos históricos significativos e distintivos (descolonização, nacionalismo e crise económica aguda) mas incluímos outras análises, já que recusamos a ideia de que as razões pelas quais os jovens africanos se mobilizam para a violência sejam muito distintas das causas apontadas para qualquer outro contexto, desconstruindo assim a noção de que “a juventude africana está em apuros e mergulhada em violência” (Abbink, 2005) mais do que em outras partes do mundo.

Importa realçar tipos distintos de relação jovens/violências, com implicações e contornos específicos que podem passar, por um lado, pela participação dos jovens nos conflitos armados/guerras declaradas e, por outro lado, pelo seu envolvimento na violência colectiva, mais ou menos organizada, armada ou não, em contextos de não-guerra/paz formal.

Neste caso, pretendemos centrar a análise em fenómenos de violência directa colectiva como ponto de partida para entender outras formas de violência. Tanto o conceito de *novíssimas guerras* – enquanto “concentrações de grande intensidade de violências em territórios muito limitados ou micro territórios (bairros, comunidades urbanas, zonas suburbanas) dentro de um contexto de paz aparente, institucionalizada e formal” (Moura, 2004: 6) – como um dos seus fundamentos, a noção de *continunns de violência* (Scheper-Hughes e Bourgois, 2004)

³ Vários tipos: guerrilha urbana, violência urbana, violência relacionada com gangs, violência militar privada e crime organizado.

inspiram a tentativa de compreensão dos fenómenos de violência colectiva juvenil – armada ou não – ou da sua inexistência nestes dois casos concretos.

A sua contribuição é fundamental para analisar diferentes escalas da violência em contextos considerados pacíficos, uma vez que defendemos que as condições estruturais da mobilização dos jovens para a violência em contextos de paz formal não diferem muito de contextos de guerra, tal como não são sempre distintos os mecanismos que despoletam a violência directa, apenas o nível de organização, a escala em que se actua e o tipo de actores envolvidos.

1.1. Desenvolvimento ou falha no desenvolvimento?

Uma das causas apontadas com maior ênfase para o fenómeno de violência colectiva, sobretudo no que diz respeito à participação em guerras, é o *colapso dos Estados neo-patrimoniais* no pós Guerra Fria – período em que se assiste à marginalização do continente africano e à diminuição da ajuda externa, a qual era a base de sobrevivência de Estados extravertidos (Richards, 1996) – bem como a natureza exclusivista destes mesmos Estados e a sua falha ao nível educativo (Abbink, 2005: 24). Além disso, a profunda consciência das falhas do desenvolvimento e o colapso ou incapacidade de grande parte dos Estados pós-coloniais para formular modelos bem sucedidos de desenvolvimento, causaram muita insatisfação, sobretudo entre os mais excluídos do desenvolvimento e das redes de acesso a recursos: os jovens. Porém, a questão do colapso do Estado afectando os jovens não é meramente relativa à distribuição económica e ao emprego. Tem consequências também ao nível do acesso à educação ou saúde, bem como à justiça e segurança das comunidades. Neste sentido, os jovens são muitas vezes quem se ocupa da segurança dos bairros, organizando milícias, quem mais se revolta com a inexistência de mecanismos de justiça viáveis, para além dos chamados “tradicionais”, nos quais, muitas vezes os jovens não confiam.

Por outro lado, perfilhamos a dúvida de que os Estados possam colapsar desde que a sociedade seja suficientemente forte para suportar a crise do Estado (Roque, 2007). Inspirando-nos na ideia de resiliência e resistência das sociedades agrárias ou tradicionais face ao controlo do Estado (Sigrist, 2001), partimos da convicção de que os efeitos do colapso do Estado não se sentem em sociedades onde este nunca assumiu uma presença hegemónica ou foi circunscrita a um pequeno círculo urbano e elitista e onde a sociedade civil é, por isso, mais forte e mais propensa a escapar ao controlo do Estado do que a reclamar perante este qualquer tipo de retribuição. A ser certa esta convicção, isso significaria que existiriam

também menos reivindicações ou reacções violentas por parte dos jovens. Na realidade, tal sucederia no caso de existirem sociedades onde os jovens aceitam plenamente as condições de liberdade que lhes são atribuídas pelos mais velhos.

Um outro mecanismo de contenção da violência juvenil estaria ainda relacionado com as estratégias e oportunidades não violentas de superação de uma condição de marginalização: estratégias individuais - como a emigração, a economia informal ou a prostituição - ou colectivas (remessas de familiares no estrangeiro ou apoio na família alargada). Na realidade nada disto impede *per se* a violência – pode até incluir esquemas ilegais e violentos – ou supera a marginalização necessariamente.

Perante uma não aceitação das velhas regras sociais e a desintegração de algumas das sociedades rurais, a *urbanização e a transformação dos papéis sociais*, uma parte das abordagens sobre a violência colectiva em contextos urbanos, bem como dos conflitos armados em sentido tradicional, segue uma linha de análise em que a anomia social é tida como a condição *sine qua non* para o surgimento dos gangs e dinâmicas de violência associadas. Nesse sentido, contextos em que existe deterioração de condições de vida bem como maiores desigualdades sociais e exclusão, *mesmo que em contextos de aparente progresso económico*, são mais propícios à proliferação de formas violentas de actuação. O papel da frustração das expectativas e de relações sociais cada vez mais marcadas pelo individualismo é essencial. Sabe-se, por exemplo, que fenómenos como gangs surgem em contextos em que existe já um grau de escolarização elevado, pelo menos ao nível do ensino secundário (Santacruz Giralt *et al*, 2001; Humphreys and Weinstein, 2004) ao mesmo tempo que se fortalecem laços de solidariedade entre pares e de socialização entre iguais nas zonas urbanas (Sévédé-Bardem, 1997:147) como contraponto a modelos de organização baseados na família hierarquizada e no poder dos mais velhos. Estes modelos podem ser ou não violentos. Para isso contribuem outros factores que analisamos de seguida.

Convém, porém, salientar que, neste sentido, não será o desenvolvimento ou a falta dele que contribui para a violência colectiva juvenil, mas sim a distribuição dos ganhos ou perdas do desenvolvimento e das crises económicas, bem como a noção de *disempowerment* que pode provocar ou não reacções violentas.

1.2. Sociedade e cultura de violência

Além disso, e paralelamente, os jovens não são excluídos apenas pelo sector formal da economia e pelas políticas dos Estados mas também nas sociedades ditas tradicionais pelos chefes e os “mais velhos”. *O controlo social exercido sobre os jovens* em determinadas sociedades levou a uma “crise de juventude” e a conflitos inter-geracionais em meios rurais, relacionados com a obtenção de terra e mulheres e com a fuga ao trabalho escravo (Richards, 2004: 1-14) revelando uma vontade de reivindicação política de um estatuto melhorado. Por outro lado, quer em termos empíricos, quer em termos de análise, aponta-se precisamente a falta de controlo, a dissolução dos velhos laços sociais de obediência que justificariam que os jovens se envolvessem na criminalidade ou em grupos violentos, por falta de controlo da família, nomeadamente em áreas urbanas, associado a maior liberdade com consumo de droga, álcool, e frequência de espaços de diversão.

O surgimento de *economias de guerra e de participação compulsiva dos jovens* em cenários de guerra e os seus efeitos de *spill over* e de organização de uma máquina económica levaram à *militarização de boa parte de jovens africanos* e à sua socialização exclusiva na guerra e suas formas de actuação, nomeadamente através da valorização do acesso a armas ligeiras. Em cenários de pós-guerra, a disseminação da violência a vários níveis é produto de acção dos jovens, não só fruto das características demográficas do continente.

A normalização da violência pode ainda resultar de uma aceitação generalizada da violência dita “privada” ou individual, como a violência doméstica (onde a maior parte das vítimas são mulheres e crianças). Esta normalização pode levar à legitimação, pelos jovens, de determinados tipos de violência colectiva, ainda que o não seja aos olhos da sociedade, havendo da parte desta um maior grau de aprovação/aceitação do primeiro tipo de violência em detrimento do segundo. Neste sentido, a normalização da violência funciona, simultaneamente, como um factor de contenção e disseminação. A hierarquização e o autoritarismo na família, como na comunidade, à semelhança de esquemas de governação política não democráticos, bem como a “colonização” das mentes que se revela numa imagem de infantilidade associada, muitas vezes, aos jovens africanos, ou uma tradição de convivência pacífica entre grupos (étnicos, religiosos, regionais) nas comunidades, ou ainda a existência de mecanismos de integração social (associações, grupos informais, etc.) são ainda factores relevantes de potencial contenção da violência colectiva juvenil, ou, em alguns casos, potenciadores, quando provocam uma reacção de rejeição.

A tradição de controlo social forte dos jovens, por um lado, leva a que haja menos violência, por outro, pode suscitar reacções violentas. A pertença a uma religião e o seguimento criterioso dos seus preceitos são muitas vezes referidos como factores de contenção da violência, como uma forma adicional de controlo social. A impunidade prevalecente em muitas sociedades, a aceitação dos abusos de polícia, militares e autoridades são também elementos que podem impulsionar ou retrair a violência colectiva juvenil.

1.3. Controlo social, pertença e construção de identidades violentas

Os jovens são vistos, muitas vezes, sob um prisma dicotómico, ou seja, como “vítimas, como um colectivo de máquinas irracionais de matar, seres amorais forçados a combater por influência das drogas e lavagens cerebrais” ou como “vanguardas nas lutas de libertação nacional e vozes contra a opressão colonial e a injustiça” (McIntyre, 2005:1). Segundo McIntyre ambas as perspectivas resultam da ausência de análises aprofundadas sobre as escolhas, as motivações e as ambições dos jovens soldados que acabam por ser “agentes/actores invisíveis” dos conflitos (idem: ibidem). Esta lacuna é também identificada por investigadores como Argenti (2002: 150) que sublinham a raridade de “estudos sobre as aspirações, necessidades e estratégias de sobrevivência dos jovens soldados em África”.

Coloca-se a questão de saber até que ponto a participação na violência colectiva não é também impulsionada por uma agenda política própria dos jovens. Em alguns casos, a marginalização e a alienação dos jovens podem constituir um denominador comum. Na opinião de Abdullah (2002: 2) a participação nos conflitos é muitas vezes considerada um emprego, um meio de se “tornar alguém” (*becoming somebody*):

Os jovens e crianças que se vêm com AK47 ou a lançar granadas nos diversos conflitos armados que têm atravessado todo o continente não são os filhos e as filhas da elite africana. São jovens que se diferenciam dos demais por residirem em zonas geográficas específicas (bairros pobres nas periferias das grandes cidades) e por terem uma sub-cultura própria. São denominados marginais, lumpen jovens. Na África do Sul são chamados tsotsis, na Libéria *gronah boys*,

na Serra Leoa rarray boys, na Nigéria area boys ou omo jaguda, na Somália são os mohryam e na Zâmbia kaponye⁴.

Estas denominações retratam a estigmatização a que são sujeitos esses jovens⁵, que em muitos casos assumem os estereótipos presentes em cada um desses rótulos e agem de acordo com eles (Barker, 2005; Chigunta, 2002).

A pertença aos grupos armados cria uma ilusão de igualdade e de esbatimento das hierarquias, tal como apontado por Richards (1996) em relação à mobilização de jovens para os conflitos na Serra Leoa. Os gangs surgem então como novos *modelos de inserção social e coesão comunitária*. Nestes contextos, a violência transforma-se numa estratégia organizada de sobrevivência ou de afirmação de grupos de jovens.

Uma das formas de construção e manipulação violenta das identidades diz respeito às divisões étnicas, à criação de bodes expiatórios e à mobilização política ou de milícias privadas de identificação étnica a que aderem os jovens, muitos deles sem nunca chegarem a conhecer outra forma de integração social do que a linhageira, clânica ou étnica.

Mas parece-nos realmente essencial que todas as análises revelem a heterogeneidade e o sexo “dos jovens”. A categoria “jovem”, sobretudo quando analisada em contextos de violência ou a sua relação com a mesma, tende a ser pensada, à partida, como uma categoria abstracta, universal e assexuada, o que significa, na prática, que se pensa em homens jovens. É sobretudo quando se estudam mulheres jovens que se evidencia a necessidade de atribuir sexo ao “objecto” de estudo ou ainda introduzir análises de género. No entanto, quando se estuda homens convém também analisar as suas percepções de género, a forma como diferentes tipos de masculinidade influenciam diferentes tipos de violência cometidos ou sofridos por estes mesmos jovens (Barker, 2005; Moura, 2007) e esta análise não deve ser feita apenas no que diz respeito à violência “doméstica” ou à violência de “género”, mas em relação a todas as violências, analisadas à luz de um processo de construção de uma identidade, de auto-afirmação ou de pertença.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Por exemplo, *rarray boys* significa “rapazes sem compromisso” (*footloose youth*) e *jaguda* significa “desonesto” (Barker, 2005:2).

Neste sentido, Kynoch (1999) defende que, apesar da criminalidade violenta (gangs) se basear transversalmente na dominação das mulheres e numa masculinidade violenta, a multiplicidade de factores (classe, filiação política, rituais, etnicidade, geração (idade) e género) é essencial na compreensão da construção das identidades. Nas palavras de Michael Kimmel (2005), a violência perpetrada em nome de um certo tipo de masculinidade não é tanto o resultado de uma identidade, mas sobretudo uma tentativa de restabelecer o poder e, assim, pertencer a um “grupo”. A análise de Gary Barker (2005) sobre os motivos que levam os jovens, em vários centros urbanos do mundo, a integrar gangs e grupos armados, que os levam a “matar ou morrer para alcançar uma versão legítima da masculinidade” revela que as exigências de uma versão dominante da masculinidade em contextos de pobreza (ou melhor, desigualdade) em todo o mundo estão relacionados com a possibilidade de obter bens, dinheiro, respeito e mulheres. No entanto, os meios que cada um está disposto a usar, ou estão disponíveis, marcam a fronteira entre a adopção de uma masculinidade violenta e outros tipos de masculinidade.

Na realidade, as masculinidades e/ou feminilidades violentas podem constituir-se e legitimar-se diferenciadamente perante diferentes tipos de violência. Por exemplo, a violência no espaço público pode não ser aceite socialmente como forma de alcançar uma masculinidade poderosa e, pelo contrário, ser aceite no foro dito “privado”.

1.4. Fluxos transnacionais e globalização: factores de facilitação

A presença de factores estruturais e as mudanças sociais necessitam de factores que possibilitem ou ajudem a uma socialização violenta, nomeadamente, armada. Entre estes factores encontram-se a disponibilidade de armas ligeiras, a existência de mercados ilegais de droga, a co-optação pelo crime organizado de dinâmicas juvenis inicialmente não violentas ou ainda a adopção de estilos de vida, comportamentos e desejos e hábitos de consumo globalizados.

Briceño-León e Zubillaga (2002) consideram que o processo de globalização da violência, no caso da América Latina, pode ser analisada com base em cinco processos específicos e interligados: (1) mudança na economia da droga; (2) proliferação das armas de fogo; (3) semelhança entre os padrões culturais de violência e a emergência de um actor – “the young man from a marginal neighbourhood”; (4) medo generalizado por parte da população; e (5)

apoio dos cidadãos à acção extralegal da polícia. Neste esquema, os factores de facilitação da violência assumem um peso significativo, que pode resumir-se desta forma:

All listen to the same advertising on the radio and see the same television commercials; globalization is democratic and egalitarian in spreading expectations, but it is inequitable in providing the means to satisfy them” (Briceño-León e Zubillage, 2002:.28).

A ideia essencial que pretendemos realçar, analisando simultaneamente factores de mobilização e contenção, é a de que a visibilidade que é dada a formas de expressão violentas contrasta com a invisibilidade de práticas que impedem a violência, levando, por vezes a uma glamorização da violência e a uma subalternização simbólica (quando não mesmo ridicularização) das práticas de contenção.

2. Trajectórias da violência urbana em Bissau e Praia: uma análise a partir dos jovens

Analisaremos em seguida a relevância de fenómenos de violência urbana em cada um dos casos e a importância que assumem os jovens nestes fenómenos. Depois procederemos a uma revisão das causas antes apontadas e sua aplicação nas duas cidades em causa.

2.1. Violência urbana: um problema real?

Em Bissau e na Praia, até há pouco tempo, violência urbana e criminalidade associada não eram questões relevantes. No entanto, torna-se, por um lado, um assunto cada vez mais noticiado e gerador de pânico social na Praia, e, por outro lado, existe uma preocupação forte com a possibilidade dos contornos que a intensificação da inserção em rotas de tráfico internacional de droga, entre outros factores, poderá assumir em Bissau. Dentro do fenómeno de violência urbana, interessa-nos entender especificamente o surgimento ou não de formas de organização colectiva entre jovens que assumam dimensões violentas.

Na última década, registou-se, em particular a cidade da Praia, um aumento da criminalidade, com a introdução de novos fenómenos de violência urbana, que trazem inovações a nível do *modus operandi*, do tipo de armas utilizadas e dos protagonistas. Sendo um fenómeno recente, grande parte da abordagem sobre esta nova conflitualidade urbana em Cabo Verde tem sido feita pelos meios de comunicação social – com todos os riscos de superficialidade e enviesamento da análise que isso pode acarretar.

Os dois estudos realizados até hoje têm a chancela do Ministério da Justiça de Cabo Verde⁶. As conclusões da primeira fase do estudo⁷ revelam que o consumo de droga, o desemprego e a pobreza são considerados como as principais causas da criminalidade. O tráfico de droga é apontado como o crime mais perigoso, sendo que o furto constitui igualmente um dos crimes mais frequentes e preocupantes. A opinião dos agentes da polícia inquiridos difere de certa forma da opinião da população, no sentido em que não atribuem à pobreza a mesma relevância enquanto causa da criminalidade, ou seja, num ranking de treze possíveis causas ocupa o oitavo lugar (Ministério Justiça/ONU DC, 2007: 10;17). Quanto aos índices de denúncia, o estudo conclui que são muito baixos, inferiores aos dos demais países africanos onde o inquérito foi também aplicado, encontrando-se entre os mais baixos a nível mundial.

O segundo estudo versa especificamente sobre os jovens em conflito com a lei e conclui que cerca de 80% das infracções cometidas pelos jovens entre os 16 e 19 anos são crimes contra a propriedade. Na apresentação pública⁸ dos principais resultados, o coordenador do estudo, o sociólogo Gabriel Fernandes, sublinhou a complexa rede causal por detrás do fenómeno da delinquência juvenil em Cabo Verde (especificamente nas principais cidades, Praia e Mindelo). Factores como a exclusão social, o défice de autoridade e de protecção, quer da parte do Estado quer da parte da família – levando a uma “espécie de autonomia exacerbada” – foram apontados como estando na origem das infracções.

Em Bissau, a colocação de grades nas janelas e portas das casas, o aumento da segurança em embaixadas, casas de estrangeiros, etc., mostram que a cidade já não é a mesma de há uma década. Também o aumento de sinais exteriores de riqueza (casas, automóveis caros) mostram que existem negócios lucrativos na Guiné-Bissau, embora não seja possível

⁶ O primeiro, intitulado “Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde” e coordenado pela Comissão de Coordenação do Combate à Droga (um dos organismos autónomos do Ministério da Justiça), contou com o apoio do Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONU DC), sendo enquadrado no âmbito da implementação do Programa Integrado contra a Droga e o Crime. Consistiu na aplicação de quatro inquéritos – à população (com o objectivo de ter a perspectiva das vítimas), à polícia e aos funcionários do sector público e privado – com objectivo de perceber o panorama da criminalidade e da corrupção em Cabo Verde, visando estratégias eficazes de prevenção e combate a esses fenómenos (Ministério Justiça/ONU DC, 2007).

⁷ Quanto à corrupção, os dados revelam que as alfândegas e as câmaras municipais foram consideradas as instituições públicas mais corruptas, o que pode ser interessante analisar tendo em conta a chegada de grande parte das armas por via marítima. Os resultados finais, decorrentes da segunda fase do estudo deverão ser divulgados este mês (Setembro 2008).

⁸ O relatório do estudo ainda não foi divulgado. A informação que aqui apresentamos foi recolhida na apresentação dos principais resultados no âmbito do seminário sobre a reinserção social, organizado pelo Ministério da Justiça, que teve lugar na Praia no dia 29 de Julho de 2008.

identificá-los. Para saber se a estes sinais corresponde realmente uma situação de crescente insegurança, teremos que confiar nos testemunhos e análise qualitativa. As percepções da criminalidade vão no sentido de um aumento progressivo mas não violento ou organizado. No entanto, contribui para o aumento do número de empresas de segurança, para aqueles que podem pagar os seus serviços: pequenos comerciantes, empresas, ONG, organizações internacionais. Apesar de não existirem fenómenos como gangs, os homicídios serem pouco frequentes e grande parte dos roubos não serem violentos, existe grande insegurança na família e em espaços considerados normalmente de “protecção”: vizinhança, comunidade, instituições públicas.

O primeiro estudo realizado sobre “delinquência juvenil” em Bissau (Jao *et al.*, 1996), anterior ao conflito armado, apontava já para um aumento da criminalidade. As causas estruturais apontadas – desemprego, crise económica – permanecem ou são mesmo agravadas pela guerra. Dados de 1995 (Jao *et al.*, 1996: 11) apontam para uma maioria de crimes relacionados com assalto à mão armada, consumo e tráfico de droga, falsificação de moeda, furto simples e violação de menores. A noção de que o tráfico de drogas é um fenómeno recente é, portanto, falsa, embora se possa considerar que existe um aumento considerável e mudança do tipo de droga. Este tipo de actividade era praticada sobretudo por cidadãos estrangeiros da sub-região, enquanto os assaltos à mão armada eram quase na totalidade praticados por guineenses. Há que diferenciar a pequena criminalidade não organizada (furtos, agressões físicas, algumas com armas) e ainda a prática de extorsão, mais ou menos organizada, dentro dos bairros da criminalidade associada com o tráfico de droga. É seguro afirmar que Bissau está, por enquanto, longe da realidade da Praia em termos de organização colectiva juvenil violenta.

A violência juvenil em Bissau é bastante mais dispersa, relacionada com questões privadas e não assume qualquer lógica de controlo territorial. Apesar de muitos negarem a existência de fenómenos de organização rígida ou visível, vários relatos apontam para algum grau de organização que coexiste com os actos isolados e individuais⁹. Alguns informantes afirmam existirem bairros onde o controlo organizado é feito à entrada, sendo exigida uma espécie de “peagem” (relógios, telemóveis, dinheiro ou outros pertences). Além disso, parece existir uma

⁹ Uma notícia de Agosto de 2006 intitulada “Bando armado desmantelado em Nhom”, do *Kansare*, 7 de Agosto nº 82 parece ser um exemplo disso. Segundo o jornal foram encontradas várias AK47 e metralhadoras, entre outras armas, que eram utilizadas em assaltos nocturnos. No entanto, não conhecemos a idade dos proprietários do arsenal.

prática de “acordos” entre grupos para assaltos em bairros diferentes do bairro de origem¹⁰. Uma das pessoas entrevistadas referiu a existência de um grupo organizado em um dos bairros centrais que utilizaria crianças até 12 ou 13 anos para efectuar assaltos, nomeadamente a residências. Por outro lado, esta organização é também notada em termos de protecção dos bairros, levada a cabo essencialmente por jovens. Sendo a justiça popular uma constante, assiste-se à proliferação de grupos de vigilantes, por vezes próximos de milícias nos bairros de Bissau. O tipo de punição da polícia e dos populares baseia-se quase exclusivamente nos castigos corporais, muitas vezes graves.

Ao contrário, na cidade da Praia, os grupos denominados “thugs” utilizam técnicas de actuação características dos gangs, como a lógica de controlo territorial, forte solidariedade de grupo, confronto entre grupos rivais, entre outras¹¹. Os *thugs* actuam tanto nos bairros mais desfavorecidos da Praia como nos bairros de classe média e alta. Em 2005, por exemplo, alguns dos homicídios, alegadamente associados a “ajustes de contas” relacionados com o tráfico de droga, que chocaram a cidade da Praia tiveram lugar no Palmarejo, um dos bairros mais favorecidos da capital cabo-verdiana. Em regra, os grupos evitam praticar crimes nos seus bairros de residência. Os espaços de diversão nocturna, bem como os festivais musicais, têm sido alguns dos locais escolhidos para a prática de actos violentos e confronto entre os grupos.

Quanto à circulação dos membros dos grupos nos bairros rivais ela é limitada, mesmo tratando-se de visitas aos familiares. De acordo com os dados recolhidos nas entrevistas, eles recorrem ao contacto telefónico com mais frequência e optam por visitas rápidas de táxi.

Relativamente à organização interna dos grupos não existe uma estrutura estável, predeterminada no sentido em que por exemplo a escolha dos chefes ou a distribuição de tarefas, muitas vezes é feita *ad hoc*¹². No entanto, a posse de arma de fogo - algumas vezes

¹⁰ Segundo as entrevistas/*focus groups*, mas também referido no estudo sobre delinquência juvenil (Jao *et al*, 1996).

¹¹ “Se fores daqui do bairro e vem alguém ou um grupo (10 pessoas ou mais) de um outro bairro e vem te bater, então as pessoas aqui, os gangs, vêem isso como um abuso e jamais aceitariam que alguém viesse de um outro bairro para abusar, de forma injusta. Isto pode ser uma situação que origina os gangs. Mesmo que não faças parte de um gang, se vires uma situação dessas, acabas por entrar na briga, por causa da situação da injustiça” (Jovem participante de entrevista colectiva na Praia).

¹² Qualquer um dos membros pode ser chefe do grupo. A ideia do assalto pode surgir da parte de qualquer um e todos aceitam. (Jovem participante de entrevista colectiva na Praia).

roubadas aos guardas nocturnos - funciona como um elemento diferenciador em termos de chefia e comando dos grupos:

Muitas vezes há alguns que são filhos de pais mais ricos e têm mais armas, acabam por ser chefes e as outras pessoas acabam por obedecê-los (sic) e muitas vezes acabam por querer ficar com a maior parte das coisas roubadas (Jovem participante de entrevista colectiva na Praia).

Quando não há armas, quem manda é quem tem mais “força de espírito”, quem tem mais moral, mais garra para enfrentar as situações; e é seguido por todos (Jovem participante de entrevista colectiva na Praia).

A idade também é um factor importante na distribuição das tarefas dentro do grupo. Em muitos casos os mais velhos agridem os mais novos e obrigam-nos a fazer tarefas arriscadas, tendo em conta a sua inimizabilidade, acabando em alguns casos por ficar com os objectos roubados por eles. Nestes casos ter uma arma de fogo pode contribuir para reverter a situação de “abuso” dos mais novos pelos membros mais velhos:

Ter arma significa muito. Porque quando tens uma arma sentes que ninguém abusa de ti. Quando eu era pequeno muita gente abusava de mim mas a partir dos doze anos quando tive a minha primeira arma, já ninguém abusava de mim. (Entrevista a detido na prisão de São Martinho, Santiago).

Outra diferença assinalável prende-se com o grau de violência que a criminalidade apresenta em uma e outra cidade. Se, em Bissau, a incredulidade dos guineenses perante alguns tipos de crimes utilizando armas de fogo, por exemplo, é ilustrativa da quase ausência destes instrumentos no passado, os tipos de instrumentos mais citados na descrição de actos violentos são sobretudo facas e garrafas. No entanto, neste novo fenómeno de violência na Praia, nomeadamente a prática dos assaltos denominados *kasubódi*, tem-se caracterizado pela utilização de violência aparentemente desnecessária, gratuita, no sentido em que mesmo nos casos em que não há resistência por parte da vítima existem relatos de espancamento, de

agressão, ou seja, o assaltante não se limita simplesmente a levar o objecto desejado, como acontece, por exemplo, no caso do roubo para o consumo de droga.

A única característica mais ou menos comum entre as práticas de violência urbana é o facto de serem levadas a cabo por jovens maioritariamente do sexo masculino. Em Bissau, há também relatos de envolvimento directo de raparigas em agressões com facas. Existem técnicas dispersas como utilização das raparigas para atrair e assaltar mas de forma desorganizada. Tanto os rapazes como as raparigas são referenciados pela sociedade por quererem mais do que lhes é permitido. Na Praia, as jovens que fazem parte dos grupos e que são maioritariamente namoradas de algum ou de vários membros dos grupos, têm a função de atrair as “vítimas”, servindo como “iscos”.

Já a origem social dos jovens é reconhecida, na Praia, como originários dos bairros mais periféricos da cidade, em contexto de exclusão social, de abandono escolar ou desemprego – nesses grupos existem também jovens estudantes, da classe média, os denominados “thugs de elite”¹³ –, que actuam em grupos organizados, cometendo, a par de furtos e pequenos assaltos, homicídios com arma de fogo. Em Bissau não existem dados sobre origens sociais de jovens envolvidos em actos violentos. No entanto, os actos praticados com armas de fogo são normalmente referenciados tendo como sujeitos, jovens de classe média ou alta, como forma de demonstração de poder.

Esta análise parece-nos extremamente relevante e actual no sentido de, por um lado, prevenir o surgimento de novos tipos de violência em Bissau, já que o período pós conflito armado, a crescente visibilidade do tráfico de droga, a permanência de contextos de expectativas falhadas pelos jovens, a ausência de Estado e a normalização da violência ao nível social podem, no entanto, constituir novidades no contexto que impede ou proporciona o aumento dos níveis de violência. Assim como podem, por outro lado, evitar uma escalada da violência na Praia. Corre-se o risco de o fenómeno dos thugs assumir proporções alarmantes como em metrópoles ao nível mundial, num momento em que as escolas do ensino secundário passaram a ser também um dos lugares privilegiados, quer enquanto espaço de manifestação desse tipo de violência – tendo ocorrido, inclusive casos de homicídios na sequência de confrontos entre os alunos – quer enquanto lugar de recrutamento dos jovens para os grupos e de venda de

¹³ Jornal A Nação, n°49, 07 a 13/08/2008

droga. É, portanto essencial, voltar a analisar as causas da mobilização ou não mobilização dos jovens à luz de cada contexto.

2.2. Voltando às causas

Porque estão os jovens associados à violência colectiva ou porque não estão, quando as condições estruturais indicam que poderiam estar? A reflexão que apresentamos a seguir é uma tentativa de resposta a estas questões tendo como referência os contextos guineense e cabo-verdiano.

Atentando para as especificidades de cada um dos casos, não pretendemos apresentar uma perspectiva dicotómica, com dois exemplos polarizados. Nesse caso, teríamos, por um lado, o caso de Bissau onde apesar da existência de factores estruturais similares aos que noutros contextos levam ao surgimento de gangs e a revoltas militares, não tem havido manifestação de violência colectiva por parte dos jovens; e, por outro lado, a cidade da Praia, onde o aumento da criminalidade perpetrada por grupos de jovens denominados *thugs* tem inquietado a sociedade cabo-verdiana. Pretendemos, sim, sistematizar os factores que em Bissau e na Praia levam à disseminação ou à contenção da violência colectiva juvenil.

2.2.1. Desenvolvimento ou falha no desenvolvimento?

Se, por um lado, em Bissau, existiriam condições para que se adoptasse a perspectiva de falha do desenvolvimento, responsável por alguma mobilização no conflito 1998-99, esta condição estrutural não parece mobilizar os jovens para a criminalidade em larga escala ou a organização violenta. A par dos factores imediatos que despoletaram este conflito militar (caso de tráfico de armas envolvendo militares e políticos) a mobilização de 1998 pode ser vista como um sinal de protesto contra um Estado exclusivista que falhou em conseguir desenvolvimento. A situação agravou-se com a imposição dos programas de ajustamento estrutural que conduziu ao quase colapso das estruturas materiais e humanas do Estado e levaram-no a demitir-se da “esfera social”.

Se a falta de “desenvolvimento” persistente e crónica não induz necessariamente à violência urbana disseminada, um recuo nos progressos alcançados e a criação de novas desigualdades podem fazê-lo. Em 1996 Augel escreveu que, apesar de todos os ataques dos quais os sistemas político e económico foram alvo, “a situação social e económica mantém-se surpreendentemente sólida” (Augel e Cardoso, 1996: 51). No entanto, convém questionar até

que ponto esta situação permanece assim tão sólida, depois de um conflito armado com consequências económicas piores que o genocídio no Ruanda¹⁴, com o desmantelamento dos sectores produtivos, o falhanço dos projectos e programas de desenvolvimento desde a independência e perante a progressiva criminalização do Estado. Em breve as consequências de processos de modernização e centralização, a crise alimentar e a incapacidade de resposta da ajuda externa podem levar a uma incapacidade generalizada de evitar a frustração ou pensar em alternativas de sobrevivência.

Quando perguntado aos jovens guineenses quais as razões da não adesão à violência colectiva e armada, estes justificam precisamente com a “falta de desenvolvimento”, que os faria menos aptos, com menos “conhecimentos”, com menos formação e capacidade de imitar modelos de outros países. Na realidade, apesar de enfrentarem talvez até de forma mais profunda o desemprego, a dependência, e falta de educação e oportunidades, os jovens de Bissau não têm capacidade de se organizar para a violência mas também não a encaram, em geral, como uma forma legítima de obtenção de recursos ou afirmação, precisamente porque, apesar do fenómeno de urbanização, em Bissau quase todos continuam a ser conhecidos uns dos outros e dificilmente escapariam ao controlo familiar e comunitário.

Além disso, como já foi referido, sabe-se que não são os jovens com menos escolarização os mais vulneráveis à violência mas sim os que têm educação média, secundária, e que depois não encontram eco das suas aspirações. Este aspecto – ou seja, o desfasamento entre as aspirações dos jovens e a sua concretização – tem sido apontado como um motivos para a criminalidade juvenil em Cabo Verde.

Contrariamente à Guiné-Bissau, Cabo Verde tem “acertado” no desenvolvimento. No grupo dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) é considerado, internacionalmente, um “bom aluno”, um país modelo, quer devido à forma como conduziu, no início da década de 90, o processo de transição para o multipartidarismo, quer pela gestão eficaz que tem feito da ajuda externa desde a sua independência em 1975. Para esta classificação positiva concorre também o facto de Cabo Verde ser uma das antigas colónias portuguesas onde nunca ocorreu

¹⁴ Estima que o PIB da Guiné-Bissau seria 42% mais elevado sem o conflito, enquanto no Ruanda seria apenas 25-30% mais elevado sem o genocídio de 1994 (World Bank, 2005: xv). Apesar desta consideração, não é possível afirmar qual o contributo específico do conflito, separando-o das condições anteriormente existentes no país (liberalização e privatização nos anos 80 e 90), e seria, por outro lado, necessário, indagar o próprio papel das instituições internacionais na criação de um contexto económico propenso à mobilização para a guerra.

um conflito armado. A assinatura de um acordo de parceria especial com a União Europeia, bem como a saída do país do grupo de Países Menos Avançados (PMA) e a entrada na Organização Mundial do Comércio são as mais recentes dinâmicas que atestam o reconhecimento internacional do desenvolvimento de Cabo Verde, um pequeno Estado insular cujas principais fontes de desenvolvimento são exógenas: ajuda internacional e remessas dos emigrantes.

Apesar deste percurso excepcional em termos da África Subsaariana (com valores acima da média a nível da esperança de vida, educação, PIB, etc.), o desemprego e a pobreza continuam a constituir problemas reais e desafios importantes para o Estado cabo-verdiano e sua população. Importa, portanto, considerar a relação entre crescimento económico, resultante da crescente integração de Cabo Verde na economia global e o aprofundamento das desigualdades sociais, visível, por exemplo, na própria paisagem urbana da cidade da Praia, onde os bairros clandestinos proliferam paredes meias com condomínios fechados, urbanizações semelhantes a qualquer cidade europeia. Se por um lado a oferta em termos de produtos materiais e simbólicos é muito mais vasta e actualizada, por outro lado, as condições de acesso a esses produtos são cada vez mais limitadas para uma franja significativa da população, na qual se encontram em número significativo os jovens.

O que influencia decisivamente o aumento ou diversificação da violência urbana, nomeadamente levada a cabo por jovens, são processos de urbanização e transformação social ocorridos nas últimas décadas em Bissau e na Praia.

Nos últimos dez anos, vive-se na cidade da Praia num contexto de tensão, complexificação e conflitualidade marcado por um crescimento urbano acelerado¹⁵, que resulta das migrações internas provenientes do interior de Santiago e das outras ilhas e da imigração originária de alguns países da costa ocidental africana.

Cabo Verde passou recentemente a ser um país de imigração, o que pode acentuar a pressão ao nível das condições de habitabilidade (deficiências na cobertura de luz eléctrica e saneamento básico, etc.) e do acesso ao emprego, ou pelo menos a percepção de que assim sucede. Neste quadro, aumenta o número de bairros periféricos muito pobres, caracterizados

¹⁵ A população da cidade da Praia ronda os 120 mil habitantes, sendo a população total de Cabo Verde cerca de 400 mil habitantes.

por uma vulnerabilidade económica e social com grandes efeitos sobre as famílias, como o alcoolismo, ao mesmo tempo que se estimula a autonomia precoce dos jovens, que passam parte significativa do seu tempo nas ruas, sem o acompanhamento das mães¹⁶ que, na sua maioria, trabalham em situações precárias. Há, portanto, um conjunto de mudanças rápidas, algum crescimento económico e agravamento das desigualdades sociais e da exclusão social, afectando particularmente uma população extremamente jovem (53% da população tem menos de 20 anos).

Por seu lado, em Bissau¹⁷, a falta de políticas de urbanização, bem como de qualquer serviço público funcional e acessível, incluindo água e luz, faz do dia a dia uma luta constante por mínimas condições de vida.

A degradação das condições de vida após o conflito é assinalada por 77% da população, sendo superior nas zonas urbanas (80%) em relação às rurais (74,1%) (World Bank, 2005). As cidades já não correspondem às expectativas dos que aí habitam, nem dos que a ela recorrem. O período que se seguiu ao conflito de 1998-99 foi caracterizado pela inexistência de políticas de reabilitação consistentes e de largo espectro. Não houve nenhum tipo de preocupação com questões psicológicas e psicossociais, e a confiança nas instituições, dirigentes, vizinhos, parece degradar-se (World Bank, 2005).

Neste contexto de baixos níveis de confiança nas autoridades oficiais (Estado, autoridades tradicionais), os jovens em particular também não parecem ter muita confiança nas autoridades ditas tradicionais (Roque, 2008)¹⁸, ficando assim duplamente marginalizados no acesso à justiça. A situação dos agentes judiciais e policiais leva à fácil corrupção e ao descrédito da justiça formal, num contexto em que mesmo a justiça tradicional parece perder força. Neste contexto, a preferência das populações acaba por recair na “justiça popular” desorganizada (perseguições e linchamentos), muitas vezes dirigidas a “bodes expiatórios”, sem julgamento, formação de culpa ou possibilidade de defesa. Os grupos de vigilantes nos bairros de Bissau ocupam várias dezenas de jovens, nem sempre utilizando os métodos menos

¹⁶ A família cabo-verdiana é maioritariamente monoparental feminina, em resultado da emigração masculina, entre outros factores.

¹⁷ Calcula-se que tenha entre 350 mil e 400 mil habitantes num país com cerca de 1 milhão e 200 mil.

¹⁸ Dados de um outro inquérito do Núcleo de Estudos para a Paz, levado a cabo na Guiné-Bissau, sobre segurança humana, indicam que existe uma baixa confiança em geral nas instituições tradicionais, como nas públicas, embora mais elevada nas áreas rurais, sendo o nosso inquérito feito sobretudo a jovens urbanos. Os dados não estão ainda disponíveis em publicação.

violentos. A ausência do Estado legitima assim a defesa de princípios que vêem nos direitos humanos uma ameaça.

Em Cabo Verde, a leitura dos comentários às notícias sobre violência nas edições online dos jornais nos fornece pistas importantes da desilusão com a justiça formal e com a intervenção das autoridades, bem como a propensão para a “justiça popular”:

Não vale a pena levar estes indivíduos para prisão e com direito ao café almoço e jantar, à custa dos contribuintes que dão no duro para garantir o sustento do seu agregado familiar. Esses bandidos, depois de uma boa surra na esquadra da Polícia devem ser exterminados. Assim veremos se num abrir e fechar os olhos a sociedade não muda e os thugs acabam de vez.¹⁹

Num estudo realizado pelo Conselho Nacional de Juventude (2003) na Guiné-Bissau, as principais dificuldades identificadas pelos jovens das várias regiões foram o fraco nível de ensino; o baixo nível académico; a inexistência de centros de aconselhamento e de orientação profissional; a centralização de serviços e projectos de promoção dos jovens, em Bissau; e as difíceis condições económicas. Estas dificuldades são sintetizadas no seguinte testemunho:

O jovem levanta-se de manhã e faz a mesma coisa até à noite ou às vezes não faz nada. Fica depois lá do pé de mangueiro ou do poilão e joga baralho e joga damas e conta passadas, como a gente diz aqui. E o que é que é isso para um jovem? Jovem quer coisa que mexe com a sua adrenalina. E não está a acontecer neste momento. (Entrevista a líder de organização da sociedade civil, Bissau).

Apesar da “necessidade de adrenalina”, os jovens de Bissau não parecem optar por encontrá-la em vias que são cada vez mais relevantes na Praia, através de formação de grupos violentos. Talvez porque a encontrem em mecanismos de socialização entre iguais menos violentas, como veremos mais à frente.

¹⁹ Comentários à notícia sobre o assassinato de um motorista da empresa de transportes públicos da cidade da Praia, Moura Company, publicada no jornal Expresso das Ilhas, no dia 11 de Setembro de 2008. (<http://www.expressodasilhas.cv/noticias/detail/id/5390/>)

No entanto, na mesma linha, em Cabo Verde, os inquéritos aplicados aos jovens nos bairros da cidade da Praia apontam a falta de ocupação dos jovens, o desemprego, pouca opção a nível formação profissional como os principais factores que levam à prática da violência.

2.2.2. Sociedade e cultura de violência

Consideramos que numa análise dos elementos propulsores ou inibidores da violência colectiva juvenil em Bissau e na Praia devem ser tidos em linha de conta aspectos que revelem o grau de aceitação da violência, nas suas mais variadas manifestações, que perpassa toda a sociedade.

Em Cabo Verde, de acordo com um estudo de 2003 (Ames *et al*, 2003: 2) a maioria da população rejeita a violência. No entanto, cerca de dois terços dos inquiridos afirmou que em justa causa não hesitaria em usar a violência. Os dados sobre a violência doméstica, sobretudo contra as mulheres, também revelam que esta é uma prática comum em Cabo Verde, de certa forma, socialmente tolerada, transversal às classes sociais, grupos etários ou graus de instrução, o que denota a perpetuação de comportamentos violentos. Não existindo divisões étnicas, raciais ou religiosas, as clivagens sociais são essencialmente motivadas pelas diferenças económicas e de classe. A relação com os imigrantes da costa ocidental africana pode constituir uma outra potencial fonte de conflitualidade, no sentido em que, apesar de fornecerem a maior parte da mão-de-obra para a construção civil, serem professores e vendedores ambulantes, são frequentemente associados ao tráfico de droga ou a violência (à semelhança do que acontece em demais contextos migratórios).

Ainda segundo o referido estudo, só para 2% da população a violência e a criminalidade representavam um problema para o qual era preciso intervenção governamental imediata (Ames *et al*, 2003:19, 20). Actualmente, dada a intensificação desses fenómenos, a opinião da população é significativamente diferente. Com base em estudos mais recentes (Verdaasdonk, 2005) e no nosso inquérito, a violência associada à formação dos gangs (thugs), o tráfico de droga e o crescente sentimento generalizado de insegurança são apontados como os principais problemas da cidade da Praia, em relação aos quais o governo deve actuar.

Já no que diz respeito a Bissau, imediatamente após o conflito parece ter existido um aumento de actos violentos associados ao descontrolo dos militares e da população:

Naquele tempo, não é, durante a guerra e depois, as pessoas estavam convencidas que não havia controlo, cada um podia fazer aquilo que queria. E sabe-se que os militares envolveram-se muito, muito, muito nesse aspecto dos ataques à mão armada, de assaltos, de roubos, etc. Muitas vezes viu-se pisadas, não é, de botas de militares, aqueles que eram apanhados ou eram apanhados porque estavam com farda militar, etc. Pronto, quando se vê uma farda é uma autoridade e está armado, portanto, era claro que tinha todos os direitos para fazer aquilo que quisesse. Então essa coisa deu mais ou menos para o país ficar sem controlo. (Entrevista a dirigente de organização da sociedade civil, Bissau).

No entanto, vários informantes revelam que esta violência descontrolada por parte de militares tem vindo a diminuir significativamente. Isso não impede que uma larga parte dos jovens inquiridos no nosso inquérito assumam já ter presenciado violência gratuita levada a cabo por militares sobre civis.

Actualmente, a violência urbana é cada vez mais associada à criminalidade organizada e menos ao descontrolo geral. No entanto, permanecem traços desta normalização da violência:

Quebrou um pouco, não significa que parou, não, longe disso. De uma maneira esporádica ainda acontece isso no que diz respeito, portanto, aos assaltos, aos furtos e etc. Mas a violência de, sei lá, de homicida, portanto, esses homicídios, esse matar as pessoas – que na Guiné não se matava assim as pessoas – e que depois começou quase a ficar comum, alguém pega numa pistola numa arma e mata (Entrevistas a membro de organização da sociedade civil).

Na Guiné-Bissau, a impunidade que muitas vezes marca a relação das autoridades com a violência, ou seja, a inexistência de capacidade para julgar suspeitos de crimes e actos violentos e puni-los, faz imperar a lógica do castigo imediato (traduzido em tortura, castigos corporais, pagamento ao lesado, etc.). O exemplo de impunidade descontrolada dado pelos governantes e militares, agravada pela Lei de Amnistia referente aos crimes cometidos desde a independência até 2004 não ajuda a melhorar o sentido da justiça. A corrupção raramente é punida: “Nós roubamos...eles tomam emprestado”, refere um grupo de jovens em relação às autoridades.

A par disso, a tradição de controlo associada ao poder dos mais velhos e consequente infantilização dos jovens, por um lado, leva a que haja menos violência, por outro, pode suscitar reacções violentas que põem em causa exactamente a hierarquização social e o autoritarismo. Por outras palavras, se em contextos onde os jovens têm uma autonomia precoce (em consequência da ausência da protecção/controlo da família e do Estado) existe uma forte propensão para a prática de actos violentos, nos casos de maior controlo social podem também estar criadas as condições para desafiar a autoridade através da violência.

Ao mesmo tempo, a violência familiar está extremamente vulgarizada e a aceitação da violência nas relações íntimas também, como demonstram os dados dos inquéritos e algumas entrevistas. Pela sua aceitação e normalização social, a violência contra mulheres deve ser aqui destacada. A amplitude da violência doméstica (dirigida maioritariamente a mulheres) é impossível de determinar neste contexto. A ausência de dados e a escassez das denúncias não nos impede, porém, de lançar pistas de análise sobre a extensão da violência doméstica na sociedade guineense. Sabemos que 51,5% das mulheres consideram aceitável que o marido lhes bata por diferentes motivos (MICS 2007). A violência física e psicológica é extremamente comum e pode assumir várias formas de relação; mas se nos centrarmos apenas na relação homem-mulher ou pais-filha, estamos a falar de algo extremamente desvalorizado e não encarado como violência, necessariamente, mas como, por exemplo, medidas educativas. As práticas de violência doméstica devem ser analisadas tendo em conta os impactos nos sistemas organizativos e nas relações de poder das transformações sociais e económicas (urbanização, desemprego, aumento da economia informal). A perda de algumas prerrogativas pelos homens – acesso directo a recursos e emprego, perda de autoridade, aumento dos rendimentos das mulheres – parece aumentar os riscos de violência doméstica.

Neste sentido, a legitimidade que outros tipos de violência têm na sociedade e na relação com as autoridades parece não ter ainda influenciado a violência juvenil em Bissau, a não ser na reprodução através dessas mesmas violências e não na transposição para novos tipos de actuação, ao contrário, do que pode suceder na Praia. Comum às duas cidades é a aceitação, legitimação e trivialização da violência no âmbito familiar e comunitário.

2.2.3. Controlo social, pertença e construção de identidades violentas

Numa sociedade organizada em classes de idades, como é o caso de algumas sociedades na Guiné-Bissau, a capacidade de controlar os jovens tem-se revelado crucial para evitar

conflitos inter-geracionais graves. É, portanto, essencial destacar a importância de mecanismos de controlo ou de organização social ligados à idade (como, no caso da Guiné-Bissau, as redes de solidariedade na base de *mandjuandade*²⁰ - de mulheres, de jovens ou mistos - ou *djorçon*²¹), como elementos importantes no quadro de negociação, prevenção e resolução de conflitos e de mitigação da violência. Segundo Koudawo (1996, 2000), os apoios a Nino Vieira baseavam-se bastante nas *mandjuandades* urbanas, em resultado do reconhecimento de alguma autonomia (ainda que sem alcance reivindicativo) mas foram também as solidariedades em torno destas agregações que contribuíram para a sua derrota no conflito de 1998-99 como expressão do descontentamento com o regime político e económico.

Um outro exemplo de contenção da violência é avançado por Schiefer e Temudo (2003), que analisam a importância dos sistemas agrícolas e da convivência inter étnica na contenção do grau de violência do conflito na Guiné-Bissau. Segundo Marina Temudo (s/d), após a independência, os mais velhos souberam conceder uma crescente liberdade e independência económica aos jovens e como tal, na ausência de uma tensão intergeracional forte, os cadetes não se sentiram incentivados a aderir à guerra. No entanto, existe a possibilidade de o virem a fazer à medida que os jovens se distanciam do partido maioritário (PAIGC) e procuram novas fontes de rendimento e reconhecimento. Para além disso, os jovens foram os grandes protagonistas de uma primeira fase do conflito de 1998-99, quer do lado de Nino Vieira, cujo recrutamento seguiu uma base étnica, quer do lado da Junta Militar que, numa segunda fase, se viu obrigada a chamar os veteranos, uma vez que os mais jovens pouco podiam adiantar em termos de estratégia militar.

A organização social na Guiné-Bissau é caracterizada por uma grande diversidade, com sociedades mais ou menos hierarquizadas e com diferentes formas de alcançar status e pertença social, designadamente através de rituais de passagem. Rituais violentos, incluindo castigos físicos, têm sido progressivamente abandonados, passando os conflitos intergeracionais a ser resolvidos de forma não violenta. No entanto registam-se se relatos inúmeros de casamento forçado. Apesar das ameaças simbólicas continuarem a ser utilizadas para as situações de incumprimento dos rituais de passagem, existe alguma abertura às mudanças sociais que têm levado, por exemplo, os jovens a questionar a poligamia.

²⁰ Classe de idade ou associação urbana, multifuncional com fins cerimoniais. Também podem ser formas de organização do trabalho colectivo. Rurais e urbanas (Domingues, 2000).

²¹ Linhagem, agrupamento familiar alargado com antepassados comuns.

No contexto urbano de Bissau, a solidariedade entre pares e as suas formas de integração e associação, através de organizações formais ou informais – *bancadas*²² -, bem como baixo sentimento de marginalização resultante da ausência de grande disparidade social, podem conduzir à recusa da violência e da criminalidade pelos jovens. Ainda estão por analisar as formas em que estas dinâmicas podem também induzir à violência. Alguns dos informantes, dividem, por exemplo, as “bancadas do bem”, dedicadas a organizar campeonatos de futebol, limpeza das ruas, festas e as “bancadas do mal”, que serviriam para os jovens se juntarem para consumir álcool e drogas ou organizar furtos e roubos. Pelo contrário os mecanismos de controlo familiar e comunitário podem ser igualmente um obstáculo ao desenvolvimento pessoal / individual, sendo que muitos jovens fogem das obrigações, emigrando.

Em Cabo Verde não existem mecanismos de controlo social associados, por exemplo, à pertença étnica, tendo a família e as igrejas um papel fundamental neste contexto. O actual fenómeno da violência colectiva juvenil pode ter na desestruturação familiar uma das causas da sua disseminação.

Em ambos os países é notória a prevalência do controlo social baseado no sexo e nos papéis atribuídos a rapazes e raparigas. Esta é uma das linhas de análise a desenvolver mediante os resultados dos inquéritos ainda por analisar.

2.2.4. Fluxos transnacionais e globalização: factores catalisadores

Os jovens são, mais do que qualquer outro grupo social, susceptíveis às expectativas introduzidas pela globalização – acesso às tecnologias, às imagens e símbolos globalizados – e simultaneamente à frustração que o não cumprimento dessas expectativas pode acarretar – desemprego, apatia, migrações falhadas, etc.

Importa ter presente que este processo de abertura à globalização não acontece de forma mimética mas implica apropriação, “domesticação” e adaptação às culturas locais, (De Boeck e Honwana, 2000:8), no sentido em que as categorias globais são preenchidas por conteúdos e significados locais/nacionais. Neste contexto, analisaremos em seguida os fluxos transnacionais/globais enquanto factores de facilitação dos fenómenos de violência em Bissau

²² Grupo de jovens que se reúne normalmente num mesmo local para conversar ou organizar actividades.

e na Praia. Fá-lo-emos em torno de três eixos: o impacto dos fluxos do tráfico de drogas, a relação entre fluxos globais e presença de armas de fogo nas duas cidades e a determinação de modos de vida pelos fluxos globais.

Bissau e Praia na rota do tráfico internacional de cocaína

À margem dos fluxos legais a Guiné-Bissau é hoje um território apetecido por redes de tráfico de drogas e de armas. No caso do tráfico de drogas, colocam-se duas hipóteses: ou ele tem apenas maior exposição mediática actualmente, ou aumentou de facto drasticamente nos últimos dois anos. O tráfico de armas, por sua vez, ocupava já um lugar conhecido no despoletar do conflito político-militar em 1998, e parece não ter desaparecido²³.

Aparentemente, o desvio da rota internacional do tráfico de cocaína proveniente da América da Latina²⁴ que passava por Cabo Verde (resultante do aumento do controlo) foi feito em direcção à Guiné-Bissau, ponto de passagem para a Europa. Segundo o Financial Times (2006): *a recent cocaine consignment intercepted in Bissau was estimated to be worth as much as all the grants the country received last year.*

Certo é que a Guiné-Bissau, como outros países na região, tem sido alvo de grande atenção internacional devido às apreensões de droga no território, à presença de sul americanos, para efectuar este tipo de actividade, altamente armados, que se dedicam a este tipo de actividade, e às conhecidas denúncias de descontrolo das fronteiras e até mesmo associação do narcotráfico com as autoridades locais. A Guiné-Bissau estará assim evoluindo na sua condição de entreposto comercial de bens primários para um ponto de passagem da droga da América Latina para a Europa, por via aérea e fluvial.

Mas para além de ser ponto de passagem, existe uma crescente preocupação com o aumento do consumo de droga, embora não existam dados que possam afirmar a sua dimensão e consequências:

²³ Une pirogue de provenance encore non identifiée aurait débarqué hier soir dans le port de Bandim chargée d'armements légers et lourds (...) on trouve des mines, bazookas, mitraillettes y compris des munitions (UNOGBIS, 2006).

²⁴ "South American drug traffickers reported in Guinea Bissau", *Reuters*, 24 de Setembro de 2006.

A Guiné é só um entreposto, portanto vem e passa. Mas fica algum e há algum consumo de droga, mesmo nota-se na rua o número de pessoas que estão a ficar malucas. Os doidos estão a aumentar e os doidos jovens estão a aumentar, e bom, é o problema da droga e quando os jovens estão a drogar-se fazem os assaltos, matam-se, vão às discotecas, por “um toma lá dá cá uma palha” estão a matar uns aos outros com pistolas, com armas. (Entrevista a líder de organização da sociedade civil, Bissau).

O tráfico de drogas é cada vez mais associado a um potencial aumento da violência. Estes fluxos correm o risco de se tornarem as principais fontes de rendimento da grande massa de jovens desempregados em Bissau, num contexto de contracção dos recursos alternativos, como a ajuda internacional. O sentimento de impunidade generalizada e a baixa esperança de vida levam a que o aproveitamento de oportunidades de rendimentos rápidos seja cada vez mais aceitável: “A droga vai trazer o desenvolvimento!”, afirma um dos entrevistados.

Tal como a Guiné-Bissau, Cabo Verde, fruto do seu posicionamento estratégico e da vulnerabilidade da costa, tem servido de placa giratória importante no tráfico de droga entre a América Latina, Europa e América do Norte. As notícias de constantes apreensões revelam o aumento do controlo. Todavia, ainda há um longo caminho a percorrer ao nível da adopção de uma política eficaz e de meios técnicos de controlo das fronteiras. Ora, o tipo de violência associado ao tráfico introduziu novos métodos e práticas criminais “mais profissionais” e até então desconhecidos em Cabo Verde, como os “homicídios por encomenda”, “ajustes de contas”, “queima de arquivos”, etc. Durante os primeiros anos da década de 2000 (2003, 2004, 2005) houve um aumento significativo deste tipo de crime. O assassinato, numa das celas do principal estabelecimento prisional de Cabo Verde (Prisão de São Martinho, localizada na Ilha de Santiago) de um hospedeiro de bordo (da Companhia Aérea Nacional TACV) preso por tráfico de droga, constitui um exemplo paradigmático dessa nova forma de actuação. Este preso era uma das principais testemunhas de uma alegada rede internacional de tráfico de droga²⁵.

Associado ao tráfico têm também surgido casos de corrupção e de envolvimento de efectivos quer da Polícia Nacional quer da Polícia Judiciária, a par de alegadas ligações de imigrantes

²⁵ Jornal A Semana, 14 de Dezembro de 2007.

da costa ocidental (nigerianos, por exemplo) e do aumento do número dos chamados “correios” – pessoas, na sua maioria mulheres muito pobres, aliciadas para transportar pequenas quantias de droga.

Armas de fogo: uma questão?

Na Guiné-Bissau, segundo o Governo²⁶, estima-se que existam cerca de 25 mil armas ilegais; já segundo dados de organizações não governamentais²⁷, calcula-se que existam 75 mil armas a circular no país, sendo que estas podem ser usadas em contextos sociais aparentemente normalizados, além de o país se configurar como uma plataforma para o comércio ilegal regional.

No entanto, é bastante difícil ter acesso a números oficiais, uma vez que os pontos de informação são dispersos, difíceis de aceder ou não estão dispostos a prestar essa informação. De acordo com um responsável governamental, as importações e exportações legais são quase insignificantes, além de existir, supostamente, maior controlo na atribuição de licenças. No entanto, a existência de fronteiras porosas fazem da Guiné-Bissau um ponto de passagem privilegiado do tráfico de armas, por exemplo, para a Casamance (província senegalesa com reivindicações independentistas).

A posse civil de armas está bastante disseminada. Qualquer pessoa pode ter acesso a uma arma para fins de caça. No entanto, vários testemunhos apontam como mais preocupante a utilização de armas de fogo por militares, ex-militares e seus familiares (sobretudo filhos, jovens e crianças), revelando a insuficiência (quase inexistência) de esforços de desarmamento dos militares no pós-conflito. A utilização das armas segue assim novos caminhos: são usadas para assaltos a residências, em zonas de diversão nocturna, associadas ao tráfico de droga (existem relatos de tiroteios em pontos conhecidos de venda de droga) e no espaço público como instrumentos mais banalizados que substituem as armas ditas «brancas».

Além disso, existe uma forte produção artesanal de armas de fogo no interior do país que é, ainda assim, a mais fácil de localizar e combater. No entanto, pouco ou nada existe em termos

²⁶ Notícia *Afrol News* de 11 de Março de 2005: “Small arms access increases in Guinea-Bissau”.

²⁷ Notícia *Panapress* de 20 de Novembro de 2006: “Cerca de 75 mil armas ligeiras circulam na Guiné-Bissau”.

de análise do potencial de utilização destas armas (em contextos de guerra e de paz) ou do seu impacto. Existem ainda vários mitos ou boatos acerca de inúmeras armas enterradas e escondidas, cuja localização estaria guardada no segredo de determinada etnias ou chefes locais e que representariam uma ameaça caso estes resolvessem revoltar-se politicamente. Mas, talvez mais preocupante seja mesmo não se conhecer a utilização e os circuitos das armas “não enterradas ou escondidas”, optando-se, em geral, por programas de desarmamento simbólicos, sem preocupação de análise, identificação ou regulação das armas e do seu potencial de ameaça. Sem este tipo de preocupação, estes programas mais parecem estratégias de pura captação de fundos internacionais. Para além disso, sem um mapeamento e produção de dados sobre disponibilidade e proliferação de armas de fogo dificilmente se conseguirá aferir o sucesso dos mesmos programas.

Em Cabo Verde a proliferação das armas ligeiras resulta igualmente da vulnerabilidade do país, quer a nível do controlo da costa, das águas territoriais, quer a nível da própria legislação, que limita, por exemplo, uma actuação mais eficiente da Polícia Fiscal (enquadrada na Polícia Nacional). Esta tem poderes reduzidos não podendo por exemplo inspeccionar as cargas. Por outro lado, há uma margem maior, talvez demasiada, de actuação por parte dos aduaneiros, o que em muitos casos pode conduzir a processos de desresponsabilização. Uma vez que grande parte das armas entra pela via marítima (visto que há mais condições de controlo a nível aeroportuário, como por exemplo a existência de *scanners*, detectores de metais, etc.) torna-se fundamental a implementação de uma vigilância apertada nos principais portos do país e uma actualização da legislação no sentido de propiciar uma maior capacidade de controlo nas alfândegas (Cardoso, 2008a).

Actualmente existe na Praia a ideia de que só não tem arma de fogo quem não quer, uma vez que estas podem alegadamente ser adquiridas no Sucupira, o principal mercado da cidade. Esta facilidade no acesso é visível, por exemplo, nos casos, cada vez mais frequentes, de apreensões de contentores com armas e munições e de trocas de tiros entre grupos rivais nos bairros:

Aqui é pior que o Brasil (...) é uma violência constante. Estás em casa e parece que são pipocas a estalar. São tiros a torto e a direito.²⁸

²⁸ Opinião de uma moradora do bairro de Achada Grande (Reportagem da Televisão Nacional de Cabo Verde intitulada “Violência Urbana uma inquietação da sociedade caboverdiana)

No caso dos assaltos não há chefe agora quando há brigas, nos confrontos entre gangs já há. É quem tem a pistola. Por exemplo, se eu tiver muitas pistolas distribuo pelo grupo, escolho as pessoas, distribuo as tarefas. (Jovem participante de entrevista colectiva na Praia).

Quando questionados sobre a existência de armas de fogo no agregado familiar grande parte dos nossos inquiridos respondeu positivamente. Há situações em que os próprios pais incentivam os filhos a ter uma arma de fogo numa lógica de autodefesa²⁹.

A acessibilidade das armas de fogo é também facilitada devido à produção artesanal de armas, denominadas *Boka Bedju*³⁰, cuja sofisticação tem vindo a aumentar, alegadamente no interior da Ilha de Santiago e em alguns bairros da cidade da Praia. O desarmamento da população começa, assim, a emergir como uma questão a ser seriamente ponderada pelas autoridades cabo-verdianas.³¹

Influências simbólicas e modos de vida/comportamento

Embora a influência de uma cultura juvenil global, baseada na música rap, hip-hop e outros géneros comece a estender-se a vários grupos de jovens em Bissau, a sua preponderância é significativamente diferente da encontrada na Praia.

Nos jovens cabo-verdianos existe uma forte influência da cultura global, mais particularmente da norte-americana, e de padrões de masculinidade violenta, visível nos modelos de comportamento adoptados, nos estilos de roupa, vocabulário, linguagem corporal, etc. São dois os principais canais dessa influência: emigrantes (Estados Unidos é o país que acolhe a maior comunidade cabo-verdiana emigrada) e/ou deportados (que tornaram os bens e

²⁹ Reportagem da Televisão Nacional de Cabo Verde intitulada “Violência Urbana uma inquietação da sociedade caboverdiana”.

³⁰ A palavra crioula *Bedju* pode ter dois significados em português: velha e dura. A expressão “*Boka Bedju*” é usada para caracterizar alguém que mesmo sem argumentos convincentes defende acerrimamente a sua opinião a ponto de aproximar-se da pura teimosia.

³¹ Recentemente (fim do mês de Maio) o Ministério da Administração Interna, em parceria com o Ministério da Justiça, organizou um atelier intitulado “Diálogo Público sobre a Proliferação de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em Cabo Verde”, com o objectivo de recolher dados e contribuições para a realização de um inquérito nacional sobre a proliferação de armas. Este inquérito servirá de base para a elaboração de um Plano nacional para o controlo do fabrico, circulação e comercialização de armas em Cabo Verde. (www.asemana.cv)

símbolos globais mais próximos e acessíveis) e *media* (MTV, por exemplo). Uma das manifestações deste fenómeno é, entre outras, a denominação de *thugs* aos grupos de jovens envolvidos com a violência ou a crioulanização da expressão *cash or body* para *kasubódi* para designar os assaltos à mão armada (como referido anteriormente). Muitos jovens cabo-verdianos chegam falar com alguma fluência o inglês, mesmo sem ter tido qualquer contacto com a língua a nível do percurso escolar, que, em muitos casos, abandonaram precocemente. Por exemplo, num dos *focus groups* realizados, os confrontos entre os *thugs* rivais foram sempre referenciados como *fights* (Cardoso, 2008b).

Há por parte de uma franja significativa da população juvenil cabo-verdiana um processo de apropriação, de adaptação de produtos materiais e simbólicos associados aos jovens negros norte-americanos, em geral e aos ídolos da música *rap* e da cultura *hip hop*, em particular. Questionados sobre a existência de alguma figura masculina que admirassem, alguns jovens escolheram o rapper norte-americano Tu Pac. Alguns antropólogos e especialistas da emigração cabo-verdiana têm estudado os efeitos desses fluxos de bens materiais (remessas, presentes) e simbólicos entre a diáspora e a *homeland* na cultura local (Trajano Filho 2005, Saint-Maurice 1997). Não são conhecidas, no entanto, abordagens específicas desses fenómenos relativamente aos jovens cabo-verdianos. Já os jovens guineenses, apesar de se apropriarem dos mesmo tipos de símbolos, fazem-nos mesclando-os com símbolos nacionais, por exemplo, na música e revelando menos exposição aos fenómenos mediáticos.

3. Repensar as políticas

Os jovens têm sido alvo de marginalização por parte dos Estados africanos, quer a nível interno, devido à inexistência de políticas públicas específicas, quer a nível das políticas de intervenção externa, associadas nomeadamente à ajuda ao desenvolvimento ou a reconstrução pós-conflito, que os exclui da sua agenda principal.

A sua visibilidade é limitada à sua identificação enquanto ameaça, especificamente, enquanto potenciais recrutas de acções militares ou “disseminadores” do vírus da Sida, por exemplo. A ajuda externa atenta quase exclusivamente nas condições de facilitação directa dos conflitos em detrimento das causas de mobilização e disseminação da violência ao nível estrutural e cultural. A concentração dos esforços em reformas como as dedicadas à defesa e ao sector de segurança reduz a atenção a outras formas de violências micro e privada.

Na última década, a ajuda à Guiné-Bissau, salvo algumas exceções, limitou-se à gestão das crises e iniciativas isoladas. Os projectos de urbanização e desenvolvimento nunca se centram nas expectativas dos jovens ou na criação de oportunidades que vão para além do paradigma das necessidades básicas. Por exemplo, os projectos de desenvolvimento rural ou segurança alimentar não abarcam/não trabalham com auto-estima, status social ou expectativas globalizadas dos jovens.

A maximização do seu potencial emancipatório passa por uma abordagem contextualizada e histórica da categoria “jovem”; passa pela ruptura com a perspectiva dominante de vitimização e dicotomização, passa necessariamente por uma maior atenção à diferença sexual. Neste sentido, não se pode perder de vista, por um lado as continuidades no pós-colonial das práticas/normas pré-coloniais (gerontocracia, nomeadamente), e por outro lado, a lógica de transplantação do global para o local, no âmbito das diversas práticas performativas e culturais protagonizadas pelo/as jovens africanos/as.

As políticas e medidas dirigidas aos jovens em contextos de violência urbana organizada também se pautam pela invisibilidade, na medida em que privilegiam as estratégias repressivas, quer a nível legislativo, quer no âmbito de “políticas de policiamento repressivo, de detenção e aprisionamento dos membros do grupo ou de sua execução sumária. Os programas existentes de prevenção e reabilitação (...) são muitas vezes limitados, carecem de fundos e, em muitos casos, a violência armada organizada não é sequer reconhecida como problema específico pelos governos” (Dowdney, 2005: 142).

Uma vez que as medidas repressivas actuam no imediato e frequentemente consistem em acções cirúrgicas, torna-se fundamental a adopção de uma perspectiva de longo prazo, que contemple as causas mais profundas e os factores de risco da violência juvenil.

Em Cabo Verde a nova conflitualidade juvenil urbana “surpreendeu” de certo modo o governo e as forças policiais, que ainda estão à procura da melhor forma de actuação e de resposta. Perpassa a ideia de que é urgente agir, com vista a evitar a réplica de situações de algumas cidades da América Latina. Ao nível da polícia nacional são alegadas muitas dificuldades em termos de capacidade de acção devido a falta de efectivos e de meios. Em alguns casos, a policia tem adoptado uma perspectiva de actuação desproporcionada e até

repressiva, de que é exemplo a presença da Polícia Militar nas ruas³² – como força dissuasora da violência – e por alguns casos de queixas de maus-tratos de jovens que chegam por exemplo à Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania. A própria população, devido ao aumento da (e do sentimento de) insegurança, acaba por requerer da parte das autoridades uma intervenção mais incisiva.

Todavia, coloca-se também a questão da inexistência de outro tipo de mecanismos e equipamentos de resposta para o problema da delinquência juvenil – uma parte significativa dos jovens que pertencem aos grupos têm menos de 16 anos e por conseguinte são inimputáveis³³. São recentes e ainda pouco consolidados os esforços na criação e organização de estruturas – como centros de acolhimentos – que possam lidar com este fenómeno. Algumas análises têm concluído que em grande dos países, os centros de detenção da justiça juvenil são desajustados, não contribuindo para uma reinserção social eficaz (Dowdney, 2005:160).

A actual situação requer uma aposta clara nos estudos sobre a problemática (numa lógica de investigação-acção), por um lado, e por outro lado, numa perspectiva de rede e de parceria entre várias instituições (polícia, governo, municípios - através, por exemplo, do reforço da autoridade municipal a nível dos bairros; criação da polícia municipal -, “sociedade civil”, etc.), no sentido de operacionalizar políticas e projectos que visem a resposta e a prevenção das violências. Importa agir a dois níveis: a um nível mais urgente, epidérmico, de curto prazo, através, nomeadamente, do aumento do número de esquadras policiais, melhoria da iluminação pública, etc. e a um nível mais estrutural, dérmico, de longo prazo, com a adopção de medidas preventivas e de políticas públicas dirigidas aos jovens, como a criação de emprego, requalificação dos bairros periféricos, adaptação do quadro jurídico, capacitação das instituições a nível dos recursos materiais e humanos.

5. Conclusões

Parece-nos que a forma como as identidades dos jovens são construídas e estimuladas e os mecanismos de controlo social exercido sobre as mesmas, são os factores determinantes da

³² O governo decidiu retomar a presença da Polícia Militar nas ruas da Cidade da Praia, como forma de reforçar a segurança pública, abalada nos últimos dias por vários tipos de crime, entre os quais o homicídio de um condutor da empresa de transportes públicos Moura Company, medida bastante criticada, nomeadamente pelo líder do principal partido da oposição.

³³ Foram adoptadas medidas tutelares sócio-educativas para os menores que praticam crimes: Decreto Legislativo, n.º 2/2006 de 27 de Novembro.

disseminação ou contenção das violências, embora estas assumam, dependendo do contextos e dos factores de facilitação, formas distintas de organização.

Assim sendo, como factor estrutural prevalecente, encontramos os níveis de desigualdade social. Se na Praia, as formas de reivindicar um estatuto social menos desigual assume cada vez mais proporções violentas, em Bissau, os níveis baixos de desigualdade tornam menos relevante e mais dispersa esta reivindicação.

Se, por um lado, a legitimação da violência ao nível familiar e comunitário é semelhante nos dois casos, por outro lado, o controlo exercido sobre as manifestações e expressões violentas dos jovens é particularmente eficaz em Bissau mas encontra-se em diluição na Praia, dando origem a novas formas de controlo, medidas repressivas, de criminalização dos jovens.

Por outro lado, sabemos que independentemente da existência de factores estruturais ou factores culturais de legitimação de determinados tipos de violência, muita atenção deve ser dada a mecanismos que: a) Contribuem para a organização da violência: a violência colectiva tem que ser minimamente organizada e servir objectivos comuns; b) Facilitam a escalada da violência e contribuem para a sua trivialização (disponibilidade e culto de armas de fogo, por exemplo). Neste sentido, a penetração diferenciada dos fluxos de droga, armas e símbolos/maneira de estar nos dois países ajuda a reforçar os mecanismos de controlo social de forma distinta, revelando-se numa configuração mais globalizada da identidade dos jovens cabo-verdianos e mais localizada dos jovens guineenses.

Importa ainda, num contexto internacional, assinalar o risco de se resvalar, em ambos os países, para uma lógica securitária e coerciva, em detrimento de uma actuação efectiva ao nível das causas estruturais desses fenómenos, nomeadamente no que diz respeito a políticas migratórias dos países europeus. Ao mesmo tempo, importa reflectir sobre as políticas internacionais de comércio de armas e as consequências dos fluxos legais como ilegais das mesmas nestes países.

6. Referências bibliográficas

- Abbink, Jon (2005), "Being young in Africa: The politics of despair and renewal" in Abbink, Jon.; I. van Kessel (ed), *Vanguard or Vandals. Youth, Politics and Conflict in Africa*, Leiden: BRILL.
- Abdullah, Ibrahim (2002), "Children and the youth in African conflicts and post-conflict reconstruction", Report of the Child and Youth Studies Institute, Inaugural Session 7-31 October
(http://www.codesria.org/Archives/Training_grants/youth/reportchild02.pdf).
- Ames, Barry et al. (2003), "Democracy, Market Reform and Social Peace in Cape Verde - A comparative series of national public attitude surveys on democracy, markets and civil society in Africa", Afrobarometer Working Papers, nº 25.
- Anthropological Quarterly 73.3, July 2000; 73, 4, October 2000.
- Argenti, Nicolas (2007), *The Intestines of the State. Youth, Violence and Belated Histories in the Cameroon Grassfields*, Chicago and London: The University of Chicago Press.
- _____ (2002) "Youth in Africa: a major resource for change," in *Young Africa: Realising the Rights of Children and Youth*. Alex de Waal and Nicolas Argenti (eds.), Trenton, NJ and Asmara: Africa World Press, pp.123-154.
- _____ (1998), "Air youth: performance, violence and the State in Cameroon", *Journal of the Royal Anthropological Institute* 4, 753-781.
- Augel, Joannes; Cardoso, Carlos (1996). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: INEP.
- Autrepart, 18, 2000.
- Barker, Gary (2005), *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*, Londres/Nova York: Routledge.
- Bordonaro, Lorenzo (2007), *Living at the Margins. Youth and Modernity in the Bijagó Islands (Guinea Bissau)*, Ph.D. Diss. ISCTE, Lisboa.
- Briceño-León, Roberto e Verónica Zubillaga (2002), "Violence and globalization in Latin America", *Current Sociology*, January 2002, Vol. 50(1): 19-37.
- Cardoso, Katia (2008a), Violência urbana em Cabo Verde: causas e impactos. Comunicação apresentada no VI Congresso de Estudios Africanos en El Mundo Ibérico África, Puentes, Conexiones e Intercâmbios. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. 7-9 de Mayo

- Cardoso, Katia (2008b), “Violência grupal urbana em Cabo Verde: um exemplo de globalismo localizado?”, Comunicação apresentada no Workshop Pré-congresso: Os jovens e os caminhos de futuro: novos mapas para as ciências sociais e humanas. Centro de Estudos Sociais 18 de Junho.
- Chigunta, Francis (2002), “The socio-economic situation of youth in Africa: problems, prospects and options” (disponível em <http://www.yesweb.org/gkr/res/bg.africa.reg.doc>)
- Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau /CNJ (2003) Estudo de identificação dos problemas de jovens guineenses e revelação das suas aspirações. SNV: Bissau.
- De Boeck, Filip e Honwana, Alcina (2000), “Faire et défaire la société: enfants, jeunes et politique en Afrique”, *Politique Africaine*, 80, Décembre, 5-11
- Diouf, Mamadou (2003), Engaging Postcolonial Cultures: African Youth and Public Space, *African Studies Review*, 46, (2), 1-12.
- Domingues, Maria (2000). *Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, F.C.S.H.
- Dowdney, Luke (2005), “Nem guerra nem paz. Comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada. (<http://www.coav.org.br/publico/media/NemguerraNempaz.pdf>)
- _____ (2003), “Crianças do tráfico. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: Sete Letras. (http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/livrolukecriancas_do_trafico.pdf)
- Durham, Deborah (2000) “Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to Parts 1 and 2”, *Anthropological Quarterly*, 73, (3), 113-120.
- Ebo, Adedeji (2005), “Conclusion” in McIntyre A. (ed.), *Invisible Stakeholders: Children and War in Africa*, Pretoria: Institute for Security Studies.
- Herrera, Linda (2006), “What’s new about youth?”, *Development and Change*, 37 (6), 1425-1434.
- Gable, Eric (2000), “The culture development club: Youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea Bissau”, *Anthropological Quarterly*, 73 (4): 195-203.
- Honwana, Alcinda e De Boeck, Filip (eds) (2005), *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, James Currey: Oxford, Africa World Press: Trenton; Codesria: Dakar.

- Honwana, Alcina (2005), “Innocent & Guilty. Child-Soldiers as Interstitial & Tactical Agents” in Honwana, Alcinda e De Boeck, Filip (eds) (2005), *Makers and Breakers: Children & Youth in Postcolonial Africa*, James Currey: Oxford, Africa World Press: Trenton; Codesria: Dakar
- Humphreys, Macartan and Jeremy Weinstein (2004), *What the Fighters Say: A Survey of Ex-Combatants in Sierra Leone*, CGSD Working Paper No. 20, Working Papers Series, Center on Globalization and Sustainable Development The Earth Institute at Columbia University.
- Jao, Mamadu *et al* (1996) *Estudo sobre a situação da delinquência juvenil em Bissau*. Bissau: CIOJ.
- Kimmel, Michael (2005) Intervention on Expert’s meeting of the Project Women and girls in contexts of armed violence – a case study on Rio de Janeiro, Coimbra 4th / 5th November 2005.
- Koudawo, Fafali (2000), « La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d’un modèle de résorption de crises”, *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, Número especial 7 de Junho: 153-174.
- Kynoch, Gary (1999), “From the Ninevites to the Hard Livings Gang: Township Gangsters and Urban Violence in Twentieth-century South Africa” *African Studies*, 58 (1): 55-85.
- McIntyre, Angela (2005), “Introdução” in McIntyre A. (ed.), *Invisible Stakeholders: Children and War in Africa*, Pretoria: Institute for Security Studies.
- Ministério da Justiça; ONUDC (2007), *Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde*.
- Moura, Tatiana (2007), *Rostos invisíveis da violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- _____ (2004) “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos”, *Oficina do CES*, nº 214.
- Moura, Tatiana *et al* (2007), “Invisibilidades da guerra e da paz: violências urbanas e violências contra as mulheres em Bissau, Maputo e Luanda”, Núcleo de Estudos para Paz: Coimbra.
- Oyewole, Dapo (2006), *Participation of Youth As Partners in Peace & Development in Africa: An Overview of Issues and Challenges*, Paper to be presented at the Expert Group Meeting on Youth in Africa: Participation of Youth as Partners in Peace and Development in Post-Conflict Countries, 14 to 16 November, Windhoek, Namibia

- Richards, Paul (1996), *Fighting for the rain forest: war, youth and resources in Sierra Leone*, Oxford: International African Institute: James Currey; Portsmouth: Heinemann.
- Richards, Paul, James Vincent (2004), "Social capital and survival: prospects for community-driven development in post-conflict Sierra Leone, *Social Development Papers*, 12, World Bank.
- Roque, Sílvia (2007), "Why youth matters: Strategies of violence containment and mobilisation in Guinea Bissau and the blindness of external interventions", comunicação apresentada na Seventh International CISS Millennium Conference, Global Security and the re-configuration of the international system: vision and reality, Buçaco, 14 a 16 de Junho.
- Roque, Sílvia (2008), "La medición de la seguridad humana. El caso de Guinea-Bissau", comunicação apresentada no Seminário Seguridad Humana: Fundamentos Teóricos y Aplicaciones, Bilbao, 30 de Junho a 01 de Julho.
- Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Lisboa: Celta Editora.
- Santacruz Giralt, María, Alberto Concha-Eastman y Miguel Cruz (2001): *Barrio adentro. La solidaridad violenta de las pandillas*. San Salvador: IUDOP-UCA / OPS / Homies Unidos de El Salvador.
- Sévédé-Bardem, Isabelle (1997), *Précarités juvéniles en milieu urbain africain*, Paris et Montreal: L'Harmattan.
- Sigrist, Christian (2001), "La destruction des sociétés agraires en Afrique : esquisse théorique », *Cadernos de Estudos Africanos* 1: 69- 83.
- Temudo, Marina (s/d), "Cultura, agri-cultura e cultura política no sul da Guiné-Bissau: uma abordagem orientada para os actores sociais" (não publicado).
- Temudo, Marian; Ulrich Schiefer (2003), "Disintegration and Resilience of Agrarian Societies in Africa – the Importance of Social and Genetic Resources: A Case Study on the Reception of Urban War Refugees in the South of Guinea-Bissau", *Current Sociology* 51(3/4): 393–416.
- Trajano Filho, Wilson (2005), "A Sociabilidade da Diáspora Voltando para Casa", Paper presented at the International Conference on Cape Verdean Migration and Diaspora, Lisbon, 6-8 April 2005.
- Twum- Danso A. (2005), 'The Political Child' in McIntyre A. (ed.), *Invisible Stakeholders: Children and War in Africa*, Institute for Security Studies, Pretoria, 2005.

UNDP (2006), “Youth and Violent Conflict, Society and Development in Crisis?” disponível em http://www.undp.org/cpr/whats_new/UNDP_Youth_PN.pdf

Verdaasdonk, Rob (2005), “At night all cats become dogs”. A research about the relationship between the police officers and the population of Praia, Cape Verde, with respect to the combat of crime and what this indicates concerning the functioning of the police force. University Utrecht, Faculty Social Sciences, Cultural Anthropology.

Weiss, Brad (2002), “Thug realism: inhabiting fantasy in urban Tanzania”, *Cultural Anthropology*, 17 (1), 93-124.

World Bank (2005), “Guinea-Bissau: Integrated Poverty and Social Assessment. Transition from Post Conflict to Long-Term Development: Policy Considerations for Reducing Poverty”, Volume I, Report No. 34553-GW.

Notícias

“Assassinos do motorista da Moura Company capturados”, *Expresso das Ilhas*, 11 de Setembro de 2008 (<http://www.expressodasilhas.cv/noticias/detail/id/5390/>)

“Bando armado desmantelado em Nhom” *Kansare*, 7 de Agosto de 2006, ano III n° 82.

“Calo assassinado na cadeia”, *Jornal ASemana*, 14 de Dezembro de 2007.

“Cerca de 175 mil armas ligeiras circulam na Guiné-Bissau”, *Panapress*, 20 de Novembro de 2006”.

Financial Times, 2006 in <http://www.ft.com/reports/guineabissau2006>

“Small arms access increases in Guinea-Bissau”, *Afrol News*, 11 de Março de 2005.

“Thugs atacam bombas de gasolina”, *A Nação*, n° 49, 7 a 13 de Agosto de 2008.

“Une pirogue chargée d’armements débarque dans un port de Bissau”, *UNOGBIS-Information générale*, 8 de Setembro de 2006.